

UM ENSAIO SOBRE AS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS PARANAENSES A PARTIR DAS PNADs 1992, 1998, 2005 E 2007*

Angelita Bazotti**
Louise Ronconi de Nazareno***
Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra****

RESUMO

Este trabalho tem caráter exploratório e seu objetivo consiste na caracterização das dimensões relacionadas com as ocupações agrícolas da agricultura familiar, problematizando também a questão das famílias que produzem somente para consumo próprio. Foram utilizadas as PNADs 1992, 1998, 2005 e 2007 que proporcionam dados atualizados para discutir as mudanças e/ou tendências das ocupações agrícolas. Percebeu-se, a partir dos dados tabulados, uma relativa estabilização nas ocupações agrícolas vinculadas ao universo da agricultura familiar. Observou-se que as famílias da agricultura familiar (conta própria e empregadora) possuem uma produção diversificada e combinada, que variou ao longo dos anos analisados, característica tradicionalmente ligada a essa categoria. Outra verificação diz respeito ao aumento das famílias pluriativas representado pela estimativa de 2007, o que pode apontar para uma tendência a ser acompanhada nas famílias do meio rural. Já as famílias agrícolas com produção para o próprio consumo apresentam uma estrutura envelhecida, feminina, dependente de renda previdenciária e que se caracteriza principalmente pela produção de hortaliças.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Ocupações agrícolas. Produção. Consumo.

ABSTRACT

The present article is a preliminary analysis of rural families in The State of Paraná, in which is explored themes related to family agriculture occupations and other issues, such as production for self-consumption. Data from PNAD's (1992, 1998, 2005 and 2007) are used to discuss changes and trends of rural occupations. From the data, a relative stability of rural occupations is observed in family agriculture universe. The agricultural families (self employed and employer) has a diversified production. Therefore, it is confirmed, for in the periods analyzed, a traditional feature of this kind of activity – the changeability of production. Additionally, an increase in

* Uma versão deste artigo foi apresentada no 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural em 2009.

** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e técnica do Núcleo de Socioeconomia Rural do IPARDES. E-mail: abazotti@ipardes.pr.gov.br

*** Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e técnica do Núcleo de Estudos Populacionais e Sociais do IPARDES. E-mail: louisenazareno@ipardes.pr.gov.br

**** Doutorando em Sociologia na UFPR, técnico do Núcleo de Estudos Populacionais e Sociais do IPARDES. E-mail: anaecintra@ipardes.pr.gov.br

Artigo recebido para publicação em julho/2011. Aceito para publicação em outubro/2011.

pluriactivity among families is found in estimation of year 2007, which indicates for a trend to be effectively followed by families in rural context. In another perspective, agricultural families producing for self consumption are old aged: predominantly female, depending heavily on social security programs, and growing vegetables as their main production.

Keywords: Family agriculture. Agricultural occupations. Production. Consumption.

INTRODUÇÃO

O processo histórico de povoamento e ocupação de terras no Estado do Paraná possibilita que se pense o papel da categoria, social e analítica, de agricultores familiares e o papel socioeconômico dessa agricultura, visando a diagnósticos e proposições comprometidos com o desenvolvimento rural. De acordo com estudo do INCRA/FAO (2000), “a agricultura familiar, com todas as dificuldades e mesmo não sendo um todo homogêneo, tem tido um comportamento significativamente positivo na participação do Valor Bruto da Produção agropecuária brasileira”.

Admite-se, a partir do trabalho de Wanderley (1996), *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*, a hipótese de que a agricultura familiar seja uma categoria genérica e abarque uma diversidade de situações e relações, no tempo e no espaço, com a produção agropecuária no mundo rural. Portanto, para se estudar com maior precisão a evolução temporal dessa categoria no Paraná, entendendo-se que há diversos autores que discutem (e disputam) a respeito do tema, faz-se necessário conceituar a abrangência e os limites dessa categoria.

Uma das limitações da categoria agricultura familiar é a necessidade de superação da associação direta entre pequena produção e agricultura familiar. O esforço de dimensionamento dessa agricultura são orientações apontadas pela equipe coordenada por Hugues Lamarche (1998). Nesse sentido, o trabalho aqui apresentado procura levar em consideração esse esforço e orientações teóricas apontadas, sendo que seus objetivos centrais consistem em explorar o perfil desses agricultores familiares e avançar no dimensionamento da agricultura de base familiar no Paraná, a partir da caracterização das atividades exercidas individualmente pelos membros da família.

Procura-se, com este estudo, a partir da tabulação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizar um ensaio permitindo acompanhamento da situação da agricultura familiar paranaense e especular sobre categorias não muito usuais de estudo, como as famílias agrícolas que produzem somente para consumo próprio.

O estudo tem caráter exploratório e seu objetivo consiste na caracterização das dimensões relacionadas com as ocupações agrícolas da agricultura familiar e na problematização da questão das famílias que produzem somente para consumo próprio. Embora se tenha constatado inúmeras dificuldades no manuseio desses dados, principalmente quando se procura analisá-los agrupando-os por família, entende-se que este trabalho possa contribuir para o acompanhamento dessa categoria de produtores e a efetivação de políticas públicas, tendo em vista a periodicidade da pesquisa.

A utilização dos dados da PNAD referente à coleta de 1992 está relacionada com a mudança de metodologia de levantamento ocorrida no ano, em que o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. Além disso, considerou-se o ano de 1998 como um marco para a agricultura familiar brasileira, tendo em vista constituir-se no primeiro ano de implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os anos seguintes constituem a realidade de uma década posterior.

O presente texto está estruturado de forma a apresentar, primeiramente, a discussão posta entre os estudiosos do rural brasileiro, a partir dos anos noventa, acerca da categoria agricultura familiar e das suas possibilidades e formas de reprodução e transformação quando inserida em diferentes contextos econômicos e sociais. Manteve-se a tradicional seção teórica por se acreditar que orientações e pressupostos do esforço de trabalho merecem ser explicitados.

Na sequência, na seção relativa à metodologia, são apresentados os critérios utilizados para a manipulação dos dados da PNAD, bem como os principais conceitos e variáveis utilizados na elaboração do presente estudo. Na terceira e na quarta seções, os dados trabalhados são apresentados e discutidos tendo presente a intenção de caracterizar as atividades dos agricultores familiares paranaenses. Este trabalho lança um olhar sobre aquelas famílias que trabalham na agricultura para o seu próprio consumo, que não produzem para o mercado mas que dão conta de atender a uma demanda familiar em termos de alimentação própria ou dos animais.

1 DISCUSSÃO CONCEITUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

A partir dos anos noventa, a categoria agricultura familiar ganhou destaque nas discussões nacionais. Isso aconteceu devido ao significado e à abrangência que lhe foram imputados. A produção familiar sempre fez parte das discussões relativas à formação da economia agrária brasileira, contudo nos anos noventa passou a assumir uma roupagem diferente. Na esteira da discussão mundial, os teóricos brasileiros do rural passaram a direcionar suas discussões para a interrogação das possibilidades e formas de reprodução e transformação da agricultura familiar inserida em diferentes contextos sociais e econômicos.

Enquanto na Europa a mobilização pela agricultura familiar surgiu como uma reação à política de integração do continente, no Brasil ela apareceu como alternativa ao modelo da exclusão econômica e social, passível de modificar e dinamizar espaços e economias locais.

A complexidade do funcionamento da produção agrícola e do relacionamento entre mundos rural e urbano obrigou a se construírem alguns conceitos sintéticos, muitas vezes imprecisos e insuficientes para se aproximar da imagem da realidade. Ricardo Abramovay (1992) aponta que as ambiguidades com que se trata a noção de agricultura familiar se tornam impedimento para a compreensão da realidade agrária contemporânea. Seria preciso dissociar as ideias que produzem essas ambiguidades e criam confusões teóricas, começando, por exemplo, pela dissociação de agricultura familiar e pequena propriedade, produção de subsistência e campesinato. O autor entende que a agricultura familiar faz parte de uma estrutura produtiva pulverizada, em que a produção em muitas propriedades, não necessariamente integradas, desempenhou papel fundamental no desenvolvimento capitalista, e ainda que essa agricultura não esteja limitada a uma pequena produção.

Assim, é possível promover o diálogo entre conceitos de Abramovay (1992) e Wanderley (1996) ao se perguntar sobre a possibilidade de definição sobre “o que é o campesinato”, entendendo que ela consiste em uma questão fundadora do debate intelectual sobre a história agrária brasileira. Esse debate sobre essas diversas concepções de agricultura familiar insere-se numa dinâmica mais ampla da história da produção intelectual sobre o mundo rural no País, em que se observam, pelo menos, quatro questões norteadoras: 1. A existência de um campesinato, 2. Perspectivas e modernização da agricultura familiar, 3. A significação das fronteiras nacionais e agrícolas, relacionada com as ocupações do território brasileiro, e 4. Análise de movimentos sociais e a luta pela terra (LAMARCHE, 1998).

Tentando sintetizar os conceitos de agricultura familiar, pode-se entendê-la “como sendo aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p.2). Pelo mesmo caminho, Abramovay cita Gasson e Errington quando estes elencam seis elementos básicos que caracterizam os agricultores familiares: “a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo estabelecimento estão ligados por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente desenvolvido por membros da família; d) o capital envolvido pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracionais no interior da família; f) os membros da família vivem na unidade familiar” (GASSON; ERRINGTON, 1993, *apud* ABRAMOVAY, 1997, p.74).

Outros autores (SCHNEIDER, 2003; CHAYANOV, 1981) também avaliam que a característica principal da agricultura familiar está em reunir ao menos o tripé gestão, propriedade e trabalho familiar. A combinação destes três elementos identifica que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social. Consequentemente, isso leva a pensar que para a análise desse tipo de estabelecimento faz-se necessário tratar a família como uma unidade indivisa de produção, em que é a família que detém o controle da exploração agrícola.

Entendendo que a agricultura familiar caracteriza-se pela gestão do estabelecimento e do trabalho, tem-se que o grau da autoexploração equilibra-se entre demanda familiar e penosidade do trabalho. São as famílias produtoras que determinam a quantidade de trabalho a ser empregada, a cada membro, no dia ou na semana. Quando surge a necessidade de mão de obra, pode-se aumentar o trabalho da família, permitindo à unidade econômica incrementar sua produção e satisfazer plenamente à demanda familiar (CHAYANOV, 1981, p.139). Dessa forma, a proporção entre membros da família e membros da família envolvidos na produção do estabelecimento poderia ser um dado identificador da típica agricultura familiar.

Cabe destacar que, na agricultura familiar brasileira, a precariedade e a instabilidade sempre estiveram presentes, gerando a necessidade de migração ou de venda da mão de obra como indispensáveis à reprodução da família e da propriedade familiar. A venda da força de trabalho serve tanto para aliviar o excedente de mão

de obra interna como fonte de geração de renda. Essa instabilidade também motiva a contratação de mão de obra externa, seja para liberar a família de atividades braçais, seja para aumentar o contingente de trabalhadores.

A utilização da contratação de mão de obra externa à família tem levado à discussão em torno da existência de um *caráter empresarial* da agricultura familiar brasileira. Para Wanderley (1996), embora se discuta que a existência do trabalho assalariado no interior da propriedade familiar provocaria

a emergência de uma relação social de produção capitalista, [...] a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasto no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar (WANDERLEY, 1996, p.27).

Além disso, a autora considera que a agricultura familiar não tem capacidade de gerar trabalho assalariado, ao contrário, utiliza-se da mão de obra refugada pelo grande capital.

Inúmeros autores e correntes teóricas têm buscado estudar e entender a dinâmica da agricultura familiar no Brasil e no mundo, tendo sido, alguns deles, abordados nessa discussão conceitual (ABRAMOVAY, 1992; WANDERLEY, 1996; SCHNEIDER, 2003; CHAYANOV, 1981; LAMARCHE, 1998). Os governos, por sua vez, pressionados pela organização dos agricultores familiares e pela emergência do tema nos meios acadêmicos, incorporaram em suas estruturas mecanismos que institucionalizam a agricultura familiar, reconhecendo seu papel. É o caso da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com uma Secretaria da Agricultura Familiar, e do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e de leis como a de n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Nessa lei, esse tripé propriedade, gestão e trabalho familiar foi assumido, reconhecendo, dessa forma, o agricultor familiar como um “sujeito legal” com direitos e espaço reconhecido (legitimado) na sociedade. Nessa perspectiva, entre outras características, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: a) não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; c) ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; d) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para permitir a avaliação do tripé propriedade, gestão e trabalho familiar no Paraná, buscou-se sistematizar informações fornecidas pelas PNADs. A seguir, apresenta-se a discussão metodológica.

2 METODOLOGIA

Como já se pontuou anteriormente, a tentativa de explorar características da agricultura familiar através da PNAD se justifica pela falta de dados estruturais recentes e com fins de discutir apontamentos sobre modificações na realidade rural.

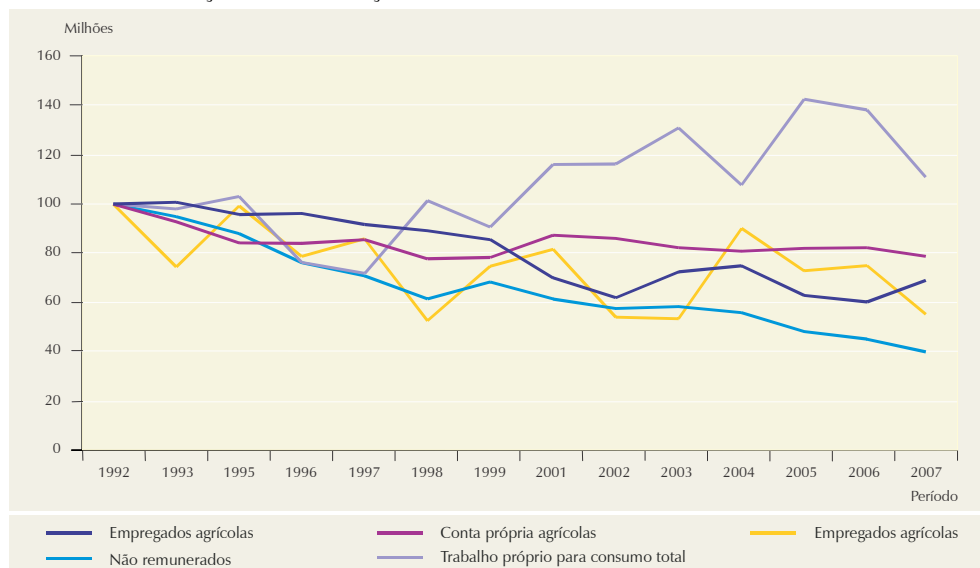
As PNADs surgiram com o objetivo de fornecer informações mais detalhadas sobre a participação econômica da População em Idade Ativa (PIA), tornando-se uma descrição estrutural da configuração socioeconômica brasileira e fornecendo informações com um nível de agregação restrito aos estados e para as regiões metropolitanas (DEDECCA, 1998). Por serem realizadas desde 1967 e entre os períodos censitários, as PNADs representam abrangente fonte atualizada de informações de amplitude nacional. O uso mais frequente das PNADs utiliza seus dados a partir de 1992, devido à ausência de um trabalho de transição metodológica entre as décadas anteriores e a de 1990, gerando problemas de comparabilidade.

No caso dos dados vinculados ao rural e à dimensão agrícola, alguns trabalhos do Projeto Rurbano¹ utilizaram-se das PNADs e observaram quedas significativas, na década de 1990, das posições nas ocupações vinculadas à agricultura familiar, por exemplo, as ocupações de conta própria, de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar, de trabalhador na produção para o próprio consumo. Essa verificação de redução no uso de mão de obra na agricultura no Paraná, por esse grupo, esteve acompanhada de tentativas de explicação que identificaram a continuidade do processo de modernização agrícola expulsando mão de obra, deslocamentos inter-regionais de produção agrícola, assim como, imposições de política agrícola na década de 1990.

Mas, se de 1992 a 1999 observa-se uma queda nas referidas ocupações, ampliando as considerações para o período 1999 a 2007, percebe-se, no Paraná, uma interrupção dessa queda e uma relativa estabilização nessas ocupações, partindo do ano inicial de 1992 (gráfico 1). Essa estabilidade nas ocupações agrícolas no Paraná suscitou o interesse em aprofundar o conhecimento a respeito das informações que a PNAD traz sobre as atividades agrícolas, em especial para o universo da agricultura familiar. Vale ressaltar a relação existente entre trabalhador não remunerado e trabalhador na produção para o próprio consumo. A PNAD produzia uma captação que excluía as atividades agropecuárias de autoconsumo, mas a partir do ano de 1992 essa captação começou a ser feita. Assim, a produção de bens para autoconsumo passou a ser considerada como trabalho.

¹ Projeto Rurbano é a denominação sintética do Projeto de Pesquisa Temático “Caracterização do novo rural brasileiro”, que visa basicamente reconstruir séries históricas a partir dos microdados das PNADs para o período de 1981 a 1995, relativos à população ocupada, emprego e renda. Ele é coordenado pelos professores José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann, do Instituto de Economia da UNICAMP, conta com a participação de 25 pesquisadores envolvidos em 11 diferentes estados do País, vinculados a 16 instituições de ensino e pesquisa, dedicados, parcial ou totalmente, ao tema proposto das novas relações entre o rural e o urbano.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS NO PARANÁ - 1992-2007



FONTES: IBGE- PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Um trabalho do IPARDES (ZANCHET, 2008) alertou para a tendência de redução na ocupação agrícola como um todo, comparativamente às ocupações urbanas, e apontou para um relativo aumento dos empregados agrícolas de 2002 a 2006. E ainda, segundo cálculos feitos a partir de dados do IBGE, a taxa média geométrica de incremento anual da população no meio rural no Paraná caiu de -2,6 no período 1991-2000 para -1,2 no período 2000-2007. Essas considerações refletem a manutenção das ocupações agrícolas no Paraná nos anos recentes.

A agricultura familiar é responsável por ocupar um grande contingente de pessoas no meio rural. O conceito da mesma, exposto anteriormente, que a compreende como um tripé que reúne gestão, propriedade e trabalho familiar, precisa ser avaliado como uma unidade indivisa. Os dados individualizados fornecidos pela PNAD, de um lado, complexificam a agregação na dimensão familiar. De outro, favorecem o olhar para a multifuncionalidade dos espaços rurais e indicam questionamentos sobre a perpetuação e continuidade das atividades familiares. Outra dificuldade para caracterizar a agricultura familiar, através dos dados da PNAD, é que, fazendo uma avaliação das inter-relações entre trabalho agrícola e local de domicílio, sugere-se não existir uma relação estreita entre o domicílio rural e a ocupação agrícola e vice-versa.²

O rural, como localização de domicílio nas pesquisas do IBGE, é definido oficialmente como uma categoria residual em relação ao urbano. Já o que

² De acordo com discussão apresentada no Curso Governança Democrática, promovido pelo IPARDES e ministrado por Fernando Gaiger Silveira, Técnico de Pesquisa e Planejamento do IPEA, em 2005.

tradicionalmente se conceitua a respeito da agricultura familiar envolve a discussão sobre espaço rural e a construção de um modo de vida rural, o que está muito além dessa simplificada categorização residual. Assim, a ausência de uma relação estreita entre local de moradia e ocupação não afeta necessariamente a caracterização rural de uma agricultura familiar.

No que diz respeito à unidade de análise, considerou-se uma família a composição de: pessoa de referência, cônjuge, filhos e outros parentes. Excluíram-se das considerações agregados, empregados domésticos e parentes de empregado doméstico, pois no Paraná verificou-se que essas posições na família não têm importância quantitativa, e, também, a intenção do trabalho é caracterizar a agricultura familiar. Em seguida, houve a preocupação em classificar as famílias em relação à atividade que algum desses seus membros exercia. Foram considerados todos os membros que declararam ocupações agrícolas, para distinguir entre famílias agrícolas (em que pelo menos um dos membros considerados exerce atividade na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos) e famílias não agrícolas (nenhum dos membros considerados exerciam as atividades relacionadas anteriormente), independentemente do local do domicílio (rural ou urbano).

As famílias agrícolas foram classificadas de agricultura familiar, de acordo com a posição na ocupação do trabalho principal de qualquer um de seus membros, em empregadoras ou conta própria. Se todos os membros da família que declararam ocupações agrícolas estavam na posição de empregados agrícolas, não foram identificados como sendo famílias de agricultura familiar, englobando as outras configurações possíveis entre seus membros.

No caso de agricultura familiar, foram selecionadas apenas as famílias residentes no meio rural (aglomerado rural de extensão urbana; aglomerado rural, isolado, povoado; aglomerado rural, isolado, núcleo; aglomerado rural, isolado, outros aglomerados; zona rural exclusive aglomerado rural), já que este trabalho ancora-se no conceito de Wanderley (1996) a respeito da agricultura familiar. Se qualquer um dos membros considerados da família declarou ser empregador, as famílias foram consideradas famílias empregadoras. A partir daí, o corte para selecionar as de agricultura familiar foi a comparação entre mão de obra empregada e mão de obra familiar; se a primeira não ultrapassa 50% da força de trabalho utilizada no estabelecimento/empreendimento, tem-se uma família empregadora de agricultura familiar. Para identificar as famílias conta própria da agricultura familiar, foram excluídas das famílias agrícolas as empregadoras e identificou-se quando algum dos membros considerados se declarou conta própria, independente da posição de ocupação dos demais. A tabela 1 mostra uma diminuição do número de famílias entre os anos 1992 e 2005, bem como um crescimento para 2007. O percentual de famílias conta própria tem um pequeno acréscimo.

TABELA 1 - ESTIMATIVA DO NÚMERO DE FAMÍLIAS, SEGUNDO TIPO DE FAMÍLIA AGRÍCOLA - PARANÁ - 1992, 1998, 2005 E 2007

TIPO DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	1992		1998		2005		2007	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Empregadora	29.176	8,8	(1)...	(1)...	(1)...	(1)...	(1)...	(1)...
Conta Própria	303.868	91,2	198.900	94,7	189.739	94,2	239.588	96,3
TOTAL	333.044	100,0	209.962	100,0	201.406	100,0	248.868	100,0

FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Coeficiente de Variação (CV) superior a 25%.

Classificou-se, também, um outro grupo para análise, o das famílias agrícolas com produção para próprio consumo.³ São aquelas em que todos os membros ocupados em empreendimento de grupamento agrícola estavam nas posições de “trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar” e/ou de “trabalhador na produção para o próprio consumo”, além de nenhum outro membro ter se declarado ocupado em trabalhos não agrícolas.

Todas as estimativas foram feitas ponderando-se cada observação pelo respectivo peso fornecido pelo IBGE. Tomaram-se como referência os coeficientes de variação (CV) apresentados pelo IBGE, para o Paraná, fornecidos nas notas metodológicas de cada PNAD, e, assim, não será apresentada nenhuma estimativa pontual em que o CV seja superior a 25%.

O trabalho de caracterização desse público de famílias da agricultura familiar e de produção para próprio consumo se desenvolve a partir dos seguintes temas comuns selecionados: perfil das famílias e pessoas (tamanho, pirâmide populacional, razão de sexo e índice de idosos), atividade principal do empreendimento agrícola, composição da renda das famílias. Para a caracterização das famílias conta própria e empregadoras da agricultura familiar, também se obtiveram informações a respeito da condição em relação ao empreendimento agrícola, tamanho das propriedades, composição de mão de obra que se ocupa no empreendimento, comercialização e consumo dos produtos. A seguir, apresenta-se a caracterização das famílias.

3 PERFIL DAS FAMÍLIAS DE AGRICULTURA FAMILIAR

Nesta parte do trabalho faz-se uma descrição das famílias consideradas da agricultura familiar baseando-se nos conceitos expostos acima, em que a gestão, o trabalho e a propriedade são preponderantemente exercidos por seus membros. Não foi possível desagregar as famílias entre conta própria e empregadora, pois as estimativas para o grupo das segundas tinham, em geral, um CV maior do que 25%.

³ **Conta Própria** - pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado. **Empregador** - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. **Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar** - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração

Dessa forma, para preservar a confiança nas inferências a partir das estimativas, uniram-se as duas categorias da agricultura familiar.

Essas famílias têm, em média, de 3 a 4 componentes. Os casos de famílias numerosas estão diminuindo, mesmo no meio rural. A queda da fecundidade é um fenômeno geral na população total do Brasil e do Paraná. Em 1991 o Brasil e o Paraná apresentavam uma taxa de fecundidade de 2,89 e 2,61 filhos por mulher, respectivamente, e quase uma década depois, em 2000, os valores caíram para 2,38 e 2,31 filhos por mulher (IBGE, 2003), valores que em 2007, segundo a PNAD, estavam em 1,95 e 1,82 respectivamente. Se o tamanho das famílias influencia diretamente no trabalho, o menor número de membros sugere que há mudanças na gestão da propriedade.

A tabela 2 mostra o aumento de famílias com apenas um membro envolvido nas atividades do empreendimento, e que a grande maioria das famílias tem apenas um ou dois membros ocupados nas atividades do empreendimento agrícola. Pode haver liberação de membros das atividades, implementação de tecnologia para diminuir o tempo e o número necessário de pessoas ocupadas. Enfim, uma família menor enfrenta diferentes escolhas.

TABELA 2 - ESTIMATIVA DAS FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO QUANTIDADE DE PESSOAS DA FAMÍLIA ENVOLVIDAS NAS ATIVIDADES DO EMPREENHIMENTO AGRÍCOLA - PARANÁ - 1992, 1998, 2005 E 2007

NÚMERO DE PESSOAS	FAMÍLIAS							
	1992		1998		2005		2007	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Somente uma pessoa	87.749	26,3	65.438	32,9	57.804	28,7	97.522	39,2
Duas pessoas	217.705	65,4	72.797	36,6	93.855	46,6	96.706	38,9
Mais de duas pessoas	27.511	8,3	60.665	30,5	49.747	24,7	54.640	22,0
Total de famílias	333.044	100,0	198.900	100,0	201.406	100,00	248.868	100,0

FONTES: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Marcelino de Souza (2004) avalia que a presença cada vez maior de unidades familiares em que uma única pessoa detém o controle da exploração agrícola indicaria uma desfamiliarização da agricultura e uma individualização do trabalho. Ele afirma que cada vez mais o agricultor não recorre à sua família.

Entretanto, se as famílias estão mudando, e as atividades agrícolas também, não se pode esquecer de que há muito a literatura específica já alertou e é reconhecida-mente aceito que não se pode confundir ou interpretar como sinônimos o espaço rural e as atividades produtivas ali desempenhadas. Assim, a categoria de agricultura familiar também não pode ser reduzida a ocupação agrícola *per se*, sendo necessário

vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador. **Trabalhador na produção para o próprio consumo** - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

perceber que as unidades familiares se relacionam com o espaço e ambiente de maneiras diferentes e são influenciadas pelo contexto histórico, mas não são subjugadas pelos determinantes estruturais como a especialização do trabalho. Enfim, a heterogeneidade e a sobrevivência de modos familiares de produção precisam ser melhor consideradas nas pesquisas futuras.

Nesse sentido, é preciso observar outras tendências entre as famílias, como a pluriatividade. A combinação de uma ou mais formas de inserção de trabalho e aquisição de diferentes rendas sempre foi uma opção na agricultura familiar. Sérgio Schneider alerta que “o fenômeno atualmente denominado pluriatividade não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias” (SCHNEIDER, 2003, p.105).

Esse mesmo autor afirma que a pluriatividade “implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante”, permitindo “reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas” (SCHNEIDER, 2003, p.102 e 105).

Para operacionalizar o conceito com a tabulação dos dados das PNADs, foram identificadas como famílias pluriativas aquelas em que havia pelo menos um membro da unidade familiar que tivesse um trabalho principal em empreendimento de atividade não agrícola (seja dentro ou fora da propriedade). E, foram identificadas como famílias somente agrícolas aquelas em que todos os seus membros ocupados se dedicavam apenas a atividades de empreendimento agrícola (seja dentro ou fora da propriedade). A tendência atual observada diz respeito às novas estratégias das famílias de reprodução social em mudança, demonstrando a complexificação das relações de trabalho e composição de renda das famílias (tabela 3). A pluriatividade se reafirma na comparação temporal como uma constante na agricultura familiar.

TABELA 3 - ESTIMATIVA DAS FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EMPREGADORAS E CONTA PRÓPRIA, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - PARANÁ - PNADs 1992, 1998, 2005 E 2007

TIPO DE ATIVIDADE	FAMÍLIAS							
	1992		1998		2005		2007	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Pluriativas	56.799	17,1	29.659	14,3	29.264	14,5	54.239	21,8
Agrícolas	276.245	82,9	180.303	85,9	172.142	85,5	194.629	78,2
TOTAL	333.044	100,00	209.962	100,0	201.406	100,0	248.868	100,00

FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Entende-se, de maneira geral, que a constatação da dedicação a um variado tipo de atividades agrícolas ou não na família, assim como o trabalho agrícola de um só membro, não são suficientes para avaliar que a unidade familiar se descaracteriza como *locus* de gestão das rendas. Assim, não poderíamos afirmar que a agricultura está se desfamiliarizando, nem que não exista a possibilidade de perpetuação da mesma atividade agrícola na família, se focalizarmos somente um ponto no tempo das famílias.

Além das ocupações da família, é interessante verificar as condições dos produtores em termos de posse e suas escolhas, estratégias e/ou adaptação pelos cultivos principais do seu empreendimento.

Sabe-se que a quantidade e a posse de terra não significam necessariamente a propriedade da mesma. Assim, verifica-se que embora a maioria dos conta própria e dos empregadores seja proprietária, há ainda uma grande parte que não o é. Em 1992, 40,4% das famílias (131.655) não eram proprietárias de nenhuma parcela de terra, ou seja, os produtores eram parceiros, arrendatários, posseiros ou cessionários. Já em 2007, essa proporção diminuiu para 25,5% (45.755 famílias). Os produtores organizam diversos tipos de estratégias para aquisição e manutenção das suas terras. De 1992 a 2007 houve uma diminuição das famílias da agricultura familiar no Paraná, mas observou-se que, proporcionalmente, mais famílias têm a propriedade da terra.

Mesmo entendendo que a atividade agrícola pode não ser exclusiva na família, o trabalho no empreendimento agrícola permanece fundamental. E esse trabalho se determina pelos cultivos adotados pelas famílias.⁴ Com essa informação, pôde-se confirmar a multiplicidade dos cultivos que realizam as famílias da agricultura familiar. Além da diversidade de cultivos principais, captou-se uma variedade de combinações de cultivos – somente é possível registrar a atividade principal do empreendimento de cada ocupado, sabendo-se, então, que podem existir outras produções secundárias – que as famílias produzem, demonstrando a diversificação de estratégias existentes entre elas. Percebeu-se, também, a existência de alguns produtos principais que permanecem de 1992 a 2007 e que mobilizam mais famílias para a sua produção, mas há também alguma variação dos cultivos principais mais produzidos nos anos estudados (tabelas 4, 5, 6 e 7).

TABELA 4 - ESTIMATIVA DE FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENHIMENTO AGRÍCOLA - PARANÁ - 1992

ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENHIMENTO AGRÍCOLA	1992	
	Abs.	%
Milho	96.877	29,1
Soja	34.108	10,2
Algodão	31.839	9,6
Café	30.698	9,2
Fruticultura e outros produtos leguminosos	24.355	7,3
Outras culturas isoladamente ⁽¹⁾	57.838	17,4
Outras combinações diversas entre produtos ⁽²⁾	57.329	17,2
TOTAL DE FAMÍLIAS	333.044	100,00

FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Foram encontrados 6 outros tipos de atividades/produções principais do empreendimento agrícola realizadas por menos de 15.000 famílias da agricultura familiar.

(2) 45 combinações de atividades/produções principais do empreendimento realizadas por menos de 5.000 famílias em cada uma delas.

⁴ A PNAD questiona sobre o trabalho principal das pessoas e outros trabalhos secundários, no entanto somente na parte de referência ao trabalho principal é que as perguntas captam a área do empreendimento em que ela trabalha.

TABELA 5 - ESTIMATIVA DE FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO AGRÍCOLA - PARANÁ - 1998

ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO AGRÍCOLA	1998	
	Abs.	%
Milho	37.102	17,7
Frutíferas	29.791	14,2
Soja	28.512	13,6
Outras culturas isoladamente ⁽¹⁾	61864	29,6
Outras combinações diversas entre produtos ⁽²⁾	52.693	25,1
TOTAL DE FAMÍLIAS	209.962	100,0

FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Foram encontrados 9 outros tipos de atividades/produções principais do empreendimento agrícola realizadas por menos de 20.000 famílias da agricultura familiar.

(2) 47 combinações de atividades/produções principais do empreendimento realizadas por menos de 5.000 famílias em cada uma delas.

TABELA 6 - ESTIMATIVA DE FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO AGRÍCOLA - PARANÁ - 2005

ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO AGRÍCOLA	2005	
	Abs.	%
Bovinos	35.581	17,7
Milho	25.369	12,6
Outros produtos de lavoura temporária	25.130	12,5
Soja	23.721	11,8
Outras variadas atividades/produções principais do empreendimento ⁽¹⁾	43.350	21,5
Outras variadas combinações de atividades/produções principais do empreendimento ⁽²⁾	48.255	23,9
TOTAL DE FAMÍLIAS	201.406	100,0

FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Foram encontrados 13 outros tipos de atividades/produções principais do empreendimento agrícola realizadas por menos de 15.000 famílias da agricultura familiar.

(2) 38 combinações de atividades/produções principais do empreendimento realizadas por menos de 15.000 famílias em cada uma delas.

TABELA 7 - ESTIMATIVAS DAS FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO AGRÍCOLA - PARANÁ - 2007

ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO AGRÍCOLA	2007	
	Abs.	%
Bovinos	48.436	19,5
Soja	30.910	12,4
Milho	26.003	10,4
Outras culturas isoladamente ⁽¹⁾	95.688	38,4
Outras combinações diversas entre produtos ⁽²⁾	47.831	19,2
TOTAL DE FAMÍLIAS	248.868	100,0

FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Foram encontrados 16 outros tipos de atividades/produções principais do empreendimento agrícola realizadas por menos de 15 000 famílias da agricultura familiar.

(2) Foram encontradas outras 43 combinações de atividades/produções principais do empreendimento realizadas por menos de 5000 famílias cada combinação.

Os agricultores familiares, em geral, também têm o objetivo de se integrar ao mercado e ter acesso a atividades estáveis e rentáveis dessa atividade mercantil, todavia apresentam dificuldades relativamente à produção em escala. Uma das grandes deficiências na agricultura familiar quanto à venda de seus produtos é a questão da agregação de valor para comercializar. Outro problema relacionado está em não “cair nas mãos” dos atravessadores, exigindo que se saiba para quem vender e se desenvolva um certo grau de autonomia na comercialização da produção.

Mesmo com os problemas apontados, averiguou-se, por um lado, que há um aumento, de uma década para a outra, dos compromissos de venda da produção do empreendimento, o que poderia indicar maior vínculo com os compradores. Por outro, ainda se registra, em 2007, um número razoável de famílias (11,4%) que não venderam nenhuma parte da produção principal do empreendimento (tabela 8).

TABELA 8 - ESTIMATIVA DE FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE ASSUMIRAM COMPROMISSO DE VENDER E QUE VENDERAM PARTE DA PRODUÇÃO PRINCIPAL - PARANÁ - 1992, 1998, 2005 E 2007

ANO	ASSUMIRAM VENDA				TOTAL (Abs.)	VENDERAM				TOTAL (Abs.)
	Sim		Não			Sim		Não		
	Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%	
1992	67.846	20,4	265.198	79,6	333.044	323.983	97,3	(1)...	(1)...	333.044
1998	69.044	32,9	140.918	67,1	209.962	188.985	90,0	20.977	10,0	209.962
2005	102.236	50,8	99.170	49,2	201.406	187.351	93,0	(1)...	(1)...	201.406
2007	110.080	44,2	138.788	55,8	248.868	220.404	88,6	28.464	11,4	248.868

FORNTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

De modo geral, mesmo vendendo sua produção principal, há uma parcela grande de famílias que também consome o que produz no empreendimento. Nos anos de 1992, 1998 e 2005, em torno de 90% das famílias consumiram algum produto do empreendimento como alimentação. Dessa forma, o empreendimento constitui uma fonte importante de produção de alimentos.

Já em 2007, proporcionalmente, mais famílias declararam não consumir produtos como alimentação (56.701 famílias, ou 23,7%), o que suscita a preocupação em gerar renda monetária para aquisição de alimentos. Pode-se indicar a relação entre a diminuição do consumo de produtos do empreendimento e a possível especialização da produção, exigindo uma atividade agrícola rentável para que se use dela na aquisição de outros bens não provindos do empreendimento.

Em geral, os dados trabalhados nas PNADs possibilitaram reforçar características usualmente discutidas e atribuídas para as famílias da agricultura familiar. Verificou-se a constante pluriatividade, a diversificação da produção principal do empreendimento e suas combinações nas famílias, a venda e consumo das mesmas. A seguir, apresentaram-se algumas questões para outra categoria pouco explorada, mas que mantém alguma produção agrícola – as famílias agrícolas produtoras para o próprio consumo.

4 FAMÍLIAS AGRÍCOLAS PRODUTORAS PARA PRÓPRIO CONSUMO

As famílias agrícolas que produzem para próprio consumo, em geral, não têm sido estudadas nas análises que utilizam os dados da PNAD, por se considerar que elas não produzem renda monetária e porque diversas variáveis não são captadas para esse público específico. Os argumentos para não analisar estas famílias se concentram nas críticas a respeito da ampliação do conceito de trabalho. Este conceito considerou, principalmente, os trabalhos referentes a cuidados na horta e de pequenos animais, com valor de uso apenas para o consumo familiar.

No entanto, a análise dos dados deste estudo mostrou que há uma parcela significativa de famílias no Paraná que se identificam como ocupados em atividades agrícolas para o próprio consumo, não possuem outros empregos e vivem dessa produção e de rendas previdenciárias. Assim, torna-se importante considerar que, mesmo não produzindo uma renda monetária para a família, o trabalho para o próprio consumo permite que se despenda menos dinheiro na aquisição de alimentos.

Os autores do Guia Metodológico de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (INCRA/FAO, 2009) chamam atenção para a inclusão do autoconsumo no cálculo do produto bruto agrícola. Ao afirmar isso, eles logo atentam para a importância de também “calcular a renda monetária do estabelecimento, especialmente quando a renda disponível for pouco elevada ou quando os produtores tiverem de realizar pagamentos importantes em dinheiro” (INCRA/FAO, 2009, p.44). Assim, se o sistema agrícola

permitiu a produção de algum bem consumido pela família (alimentos, instrumentos domésticos, artesanato, lenha, materiais para a construção ou para fabricação de objetos de uso da família, plantas medicinais, etc.), essa produção deve ser considerada no cálculo do produto bruto (INCRA/FAO, 2009, p.57).

Isto porque eles entendem que os produtos produzidos e consumidos pela família têm igual valor. Há críticas sobre esse entendimento, mas neste trabalho entende-se que o autoconsumo colabora na diminuição das despesas da família.

Para Catia Grisa (2007, p.16),

é usual, em ambientes institucionais que discutem a agricultura e seus processos de evolução técnico-produtivos, a compreensão de que a produção para o autoconsumo simboliza o atraso, a tradição ou uma cultura avessa à modernização. Contribuiu sobremaneira para esta visão a ideologia da modernização agrícola preconizada na Revolução Verde. Repercutindo este pensamento, as políticas públicas pouco têm considerado esta produção, algumas vezes contribuindo até mesmo para sua diminuição.

Neste sentido, esta seção trata dessas famílias com produção somente para o consumo familiar e daquilo que é possível retirar de informações sobre elas na PNAD.

As famílias que produzem somente para consumo próprio mostram um crescimento ao longo do tempo no Paraná. Enquanto em 1992 foram estimadas 37.481 famílias nessa condição, em 2007 esse número chegou a 68.056 famílias (tabela 9).

TABELA 9 - ESTIMATIVA DO NÚMERO DE FAMÍLIAS COM PRODUÇÃO PARA CONSUMO PRÓPRIO - PARANÁ - 1992, 1998, 2005 E 2007

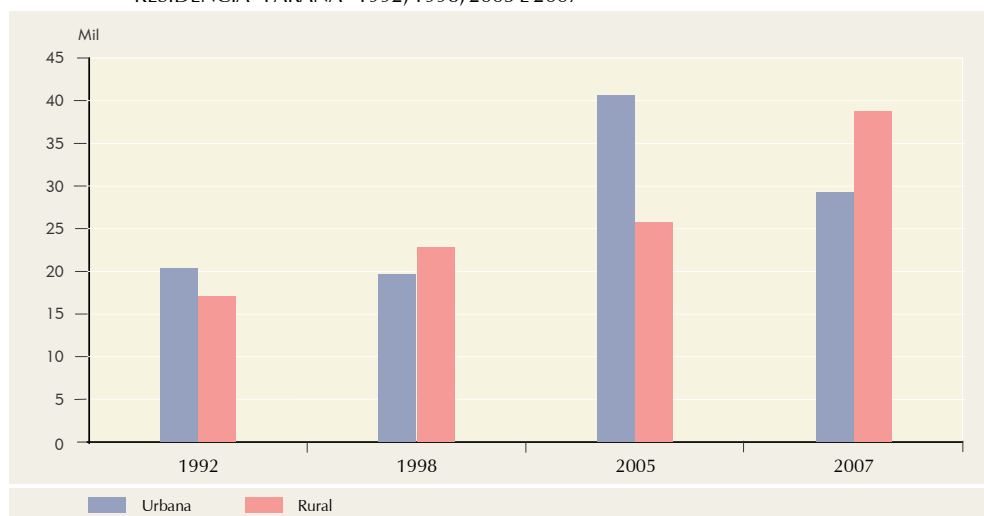
TIPO DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS	1992	1998	2005	2007
Para consumo próprio	37.481	42.418	66.410	68.056

FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Enquanto a caracterização das famílias de agricultura familiar identificava-se com a moradia no meio rural para desenvolvimento da atividade agrícola, no caso das famílias para o próprio consumo isso não foi observado. Chama atenção o fato de que um número significativo delas morem em áreas urbanas, porém desenvolvam atividades agrícolas. Deve-se levar em conta que as informações captadas pela PNAD se referem à localização do domicílio pesquisado, e para essas famílias não foi possível verificar se as atividades agrícolas são desenvolvidas no mesmo local que seu domicílio.

GRÁFICO 2 - FAMÍLIAS DE AGRICULTORES PARA CONSUMO PRÓPRIO, SEGUNDO ÁREA CENSITÁRIA DE RESIDÊNCIA - PARANÁ - 1992, 1998, 2005 E 2007



FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

As famílias classificadas como para o próprio consumo não são necessariamente moradoras do meio rural. Na verdade, grande parte delas mora no meio urbano, sendo que nos anos de 1992 e 2005 elas são maioria. Porém, em 2007 as famílias que moram no meio rural representavam 57% do total.

Uma das características que chamam atenção nesse grupo é a faixa etária predominante. Pode-se dizer que essa é uma população envelhecida, pois nos anos analisados um grupo significativo dessa população tem 60 anos ou mais: 38,5% em 1992; 47,0% em 1998; 52,3% em 2005, e 47,3% em 2007 (dados tabulados).

Ao se analisar a razão por sexo – número de homens observados na população em relação a cada grupo de 100 mulheres –, mostra-se uma população mais feminina, predominância que pode ser creditada à faixa etária da população analisada, pois entre a população mais velha o número de mulheres geralmente é superior. Essa predominância se registra mais na faixa de 60-69 anos, com exceção de 1992. Camarano chama atenção para esta

questão da feminização da velhice e suas implicações em termos de políticas públicas, pois uma grande parte das mulheres é viúva, vive só, sem experiência de trabalho no mercado formal e são menos educadas. Nem sempre a maior longevidade feminina é vista como vantagem (CAMARANO, 2002, p.9).

Entretanto, essa mesma autora diz que para muitas idosas de hoje a velhice e a viuvez podem representar um momento de independência e realização. Ela argumenta que para a grande maioria dos trabalhos parte-se da premissa de que a partir de determinada idade o indivíduo consome mais do que produz, e

[...] isso tem levado a que se encontre freqüentemente na literatura uma associação entre envelhecimento e dependência. O aumento da 'dependência' se dá pois, por um lado, a queda da fecundidade reduz, ao menos relativamente, no médio/longo prazo, a população adulta, ou seja, os indivíduos em idade produtiva (contribuintes potenciais para o Estado), bem como os cuidadores de idosos. Por outro lado, a queda da mortalidade faz com que os idosos, 'os dependentes', vivam por mais tempo (CAMARANO, 2002, p.9).

Essa dependência não é constatada no caso dessas famílias estudadas, já que em grande parte são os mais velhos os responsáveis economicamente pelo sustento da família e da casa, devido ao acesso desses idosos às aposentadorias e pensões.

As fontes de renda monetária dessas famílias referem-se a recursos advindos substancialmente da previdência. Nos anos 1998, 2005 e 2007, mais de 70% das famílias compunham a produção para o próprio consumo com a renda advinda de aposentadorias e/ou pensões. Em 1992, 53,7% das famílias tinham a aposentadoria como fonte de renda, em 1998 esse percentual é de 73,6, em 2005 é de 80,9%, e em 2007 corresponde a 74,9% das famílias. Relacionando a faixa etária e suas fontes de renda, pode-se pensar que se trata de famílias chefiadas e compostas por pessoas idosas que dependem da previdência (tabela 10).

TABELA 10 - FAMÍLIAS DE PRODUTORES PARA CONSUMO PRÓPRIO, SEGUNDO FONTES DE RENDA - PARANÁ - 1992, 1998, 2005 E 2007

FONTES DE RENDA	FAMÍLIAS COM PRODUÇÃO PARA CONSUMO PRÓPRIO							
	1992		1998		2005		2007	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Aposentadoria e/ou pensão	20.134	53,7	31.194	73,6	53.719	80,9	50.942	74,9
Sem Renda	7.819	20,9	4.861	11,5	3.381	5,1	7.218	10,6
Outros	9.528	25,4	6.363	15	9.310	14	9.895	14,5
TOTAL	37.481	100	42.418	100	66.410	100	68.055	100

FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Existe, também, uma pequena parcela de famílias que se declararam sem rendimentos. A confiabilidade da estimativa não permite realizar inferências mais precisas sobre o número dessas famílias no Paraná. Mas, essas famílias existem. Para Sônia Rocha, “nas economias modernas e monetarizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através das trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda” (ROCHA, 2003, p.12). Entretanto, Hoffmann chama atenção para a produção para o autoconsumo, que não é contabilizada nas pesquisas. De acordo com ele,

o rendimento declarado pelas pessoas é subestimado, principalmente no caso dos rendimentos relativamente elevados. A PNAD não considera o valor da produção para autoconsumo, que é um componente importante da renda real para os pequenos agricultores (HOFFMANN, 1994, p.2).

Por esse motivo, é importante relativizar quando falamos ou comparamos a pobreza das famílias que produzem para o consumo familiar e somente o fator renda monetária é considerado.

A renda monetária familiar *per capita* (renda total dividida pelo número de membros da família) gira em torno de um salário mínimo, com um percentual significativo de famílias que não possuem renda ou têm renda *per capita* até ½ salário. Como já salientado, essa renda monetária advém, principalmente, de recursos previdenciários (tabela 11).

TABELA 11 - FAMÍLIAS DE PRODUTORES PARA CONSUMO PRÓPRIO, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO *PER CAPITA* - PARANÁ - 1992, 1998, 2005 E 2007

CLASSE DE RENDIMENTO	NÚMERO DE FAMÍLIAS							
	1992		1998		2005		2007	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sem rendimento	7.251	19,3	4.861	11,5	2.387	3,6	3.300	4,8
Até ½ salário	4.343	11,6	9.005	21,2	12.291	18,5	13.819	20,3
Mais de ½ até 1 salário	5.478	14,6	19.544	46,1	31.092	46,8	31.555	46,4
Mais de 1 até 2 salários	11.520	30,7	5.745	13,5	17.050	25,7	12.992	19,1
Mais de 2 salários	8.889	23,7	3.263	7,7	3.590	5,4	5.772	8,5
Ignorado	-	-	-	-	-	-	618	0,9
TOTAL	37.481	100	42.418	100	66.410	100	68.056	100,0

FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Na atividade agrícola dessas famílias sobressai o cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura, o que caracteriza a existência de horta ou algo similar. Em todos os anos pesquisados essa é a cultura de mais destaque entre as famílias. Em 1992, 37,6% das famílias mantinham horticultura, percentual que passa para 45% em 1998, 47,8% em 2005, registrando 40,9% em 2007 (gráfico 3). Levando em conta a idade predominante dessa população, a produção agrícola pode ser apontada, entre as famílias residentes no meio rural, como um elemento de sua cultura. É possível inferir que essas pessoas tiveram toda a sua vida ligada à terra, e uma maneira de manter esta ligação e de se sentirem vivos é conservar alguma atividade agrícola, mesmo que morando no meio urbano.

GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DE FAMÍLIAS DE PRODUTORES PARA CONSUMO PRÓPRIO, SEGUNDO PRINCIPAL ATIVIDADE⁽¹⁾ DO EMPREENHIMENTO AGRÍCOLA - PARANÁ - 1992 - 1998 - 2005 E 2007



FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Constitui a principal atividade do empreendimento agrícola o cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura.

As famílias consideradas como agrícolas não dependem da produção agrícola para se alimentar, então não se caracterizam como famílias com produção “pro gasto” (GRISA, 2007), que seria o cultivo de vários produtos para o consumo familiar. Em sua grande maioria, elas produzem apenas um produto, necessitando de outras fontes de renda para adquirir os demais alimentos necessários. A produção agrícola não tem a função de complementaridade. Vale ressaltar que a não captação de outros produtos e combinações pode advir de problemas de questionário, pois este não permite que uma pessoa informe mais de uma produção.

O tipo de produção agrícola para consumo próprio desenvolvido por estas famílias não chega a garantir-lhes um grau de autonomia em relação à compra de alimentos. Por se concentrarem geralmente em um tipo de produto, que em alguns

casos nem é alimento, isto não libera a família da preocupação com seu sustento. Mas a indicação de que existem essas famílias, com essas características, nos leva a pensar que a produção para autoconsumo, que sempre esteve presente nas famílias agrícolas, mantém um número significativo de famílias vinculadas à produção agrícola. A tentativa de trabalhar com dados de famílias com produção somente para autoconsumo é uma iniciativa com o objetivo de levantar a discussão sobre quem são estas famílias e indicar que há muito ainda por se estudar sobre as mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as ocupações agrícolas, e não as famílias, vê-se que, embora o número de trabalhadores por conta própria tenha se mantido, os membros não remunerados diminuem no período 1992-2007, assim como há um número expressivo de empreendimentos em que apenas uma pessoa se ocupa da produção agrícola. Com essas informações, pode-se apontar para uma possível migração dos filhos para a cidade, para a queda da fecundidade, que também chegou ao meio rural, e mesmo para a falta de perspectivas para os jovens. Esses fatores, individualmente ou combinados, podem levar a um sério problema para a reprodução das famílias.

Nessa década de transição demográfica da população paranaense, com forte tendência ao envelhecimento populacional, muito mais do que mensurar o aumento ou diminuição dos ocupados agrícolas, é importante redimensionar as pesquisas rurais para as transformações. Profundas transformações que vêm sendo observadas no âmbito das estruturas familiares sem descaracterizar a unidade familiar como *locus* das decisões. De 1992 para 2007, houve uma queda no número de famílias da agricultura familiar no Paraná. Porém, sua diminuição não implica a desestruturação da agricultura familiar como um todo. Mesmo passando por mudanças, como os demais setores da economia e da sociedade, as famílias rurais se reorganizam com um tamanho menor, com indicações de pluriatividade e de manutenção de traços típicos nas estratégias de produção, o que lhes possibilita se manterem no meio rural.

Em relação às famílias agrícolas com produção para consumo próprio, sua caracterização suscita muito mais dúvidas do que esclarecimentos. Seriam estas famílias resultado do processo de envelhecimento das famílias (os filhos saíram e só ficaram os pais) ou do empobrecimento das mesmas? Ou, então, o casal idoso teria ido morar na cidade e continua a ter ocupação agrícola. Levanta-se ainda a hipótese de “novos rurais” que saem da cidade para o campo depois de se aposentarem. Constatou-se que essas famílias estão envelhecidas e dependem de rendas previdenciárias para acessarem bens e serviços.

Os dados trabalhados quantificam apenas parte das grandes questões a serem reavaliadas no âmbito de cada grupo dessas famílias, e se apresentam como apontamentos para aprofundar cada tema relevante. Nesse cenário, o produtor familiar depende dos meios que tem para gerir três exigências: apego aos seus valores tradicionais, aos projetos que tem para si próprio e sua família, e as limitações ligadas ao seu contexto.

Ao estudar as famílias da agricultura familiar e as famílias agrícolas para o próprio consumo torna-se indispensável entender que elas não estão restritas às atividades agrícolas e ao meio rural. Ambas são produtos de transformações econômico-sócio-culturais e consolidam diferentes estratégias de reprodução e gestão da sua unidade familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e o uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.11, n.2, p.73-78, abr./jun.1997.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. Originalmente, Tese de Doutorado apresentada à UNICAMP.
- BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 30 jul. 2007.
- CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 858).
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.133-163.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: síntese metodológica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília: ABEP, v.15, n.2, p.103-114, jul./dez.1998.
- GRISA, Catia. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- HOFFMANN, Rodolfo. A insegurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, v.2, p.1-11, 1994. Disponível em http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/A_INSEGURANCA_ALIMENTAR_NO_BRASIL.pdf. Acesso em: 10 mar. 2009.
- IBGE. **Censo demográfico 2000: nupcialidade e fecundidade: resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 2003.
- INCRA/FAO. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/0143901397.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2009.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA, 2000. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/censo-95-v-final-2000.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2009.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v.18, n.51, p.99-122, 2003.

SOUZA, Marcelino de. A tendência de individualização do trabalho agrícola no seio das famílias da Região Sul do Brasil na década de 90. **Agrociência**, Montevideo: Universidad de la Republica, Facultad de Agronomia, v.8, n.1, p.51-60, 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Apresentado ao 20º Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de trabalho - Processos sociais agrários. Caxambu, out. 1996. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf/download>.

ZANCHET, Maria Salete. **Características das ocupações na agropecuária paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2008. (Primeira versão, 7).